

Demonstrações Contábeis Regulatórias

São João Transmissora de Energia S.A.
CNPJ: 18.314.074/0001-68

31 de dezembro de 2021
com Relatório do Auditor Independente

São João Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Índice

Relatório da administração regulatório.....	1
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias	3
Demonstrações contábeis regulatórias auditadas	
Balanço patrimonial.....	7
Demonstração do resultado	8
Demonstração do resultado abrangente	9
Demonstração da mutação do patrimônio líquido	10
Demonstração do fluxo de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	12

Relatório da Administração Regulatório

A Administração da São João Transmissora de Energia S.A. (“SJT” ou “Companhia”) tem a satisfação de submeter à apreciação dos senhores acionistas o Relatório da Administração Regulatório em conjunto com as demonstrações contábeis regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, com o objetivo de divulgar o desempenho da Companhia para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

A Companhia

A SJT é uma controlada da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“Taesa”) e atua no segmento de transmissão de energia elétrica baseada no seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de existência. A SJT atua na região Nordeste e responde por 0,16% da RAP da Rede Básica de transmissão do Brasil.

Concessionária privada do serviço público de transmissão de energia elétrica, a SJT detém as instalações localizadas no estado do Piauí, formadas pela linha de transmissão Gilbués II – São João do Piauí em 500kv com extensão aproximada de 408 km, nos termos do Contrato de Concessão nº 008/2013 celebrado com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. A SJT receberá Receita Anual Permitida (RAP) reajustada pelo IPCA e correção a partir de julho de cada ano.

	RAP – R\$ mil - (*)	Mês Base Reajuste	Índice de Correção
SJT	53.853	Junho	IPCA

(*) RAP estabelecida pela resolução homologatória ANEEL nº 2.895 de 13 de julho de 2021, alterada pela resolução homologatória ANEEL nº 2.959 de 05 de outubro de 2021.

Considerando as instalações de transmissão em operação, a RAP esperada - sem considerar novos projetos é de R\$55.893 mil para 2022 a 2026 (aumento de 3,9% em relação a 2021), conforme quadro a seguir:

Linha de Transmissão	RAP Esperada - em moeda constante de 31/12/2021						
	2020 (*)	2021 (*)	2022	2023	2024	2025	2026
SJT	30.486	53.808	55.893	55.893	55.893	55.893	55.893

(*) RAP realizada.

Governança Corporativa

A Taesa realiza as atividades administrativas da SJT e procura implantar na concessão os mesmos princípios de Governança Corporativa e Qualidade, comuns a todas as concessões do Grupo.

Gestão Operacional

A Companhia demonstrou mais uma vez sua capacidade de manter a disponibilidade das linhas de transmissão consistentemente em elevados patamares, atingindo no ano de 2021 o resultado de 99,93% de disponibilidade. Este desempenho se deve também à qualidade dos ativos e instalações da Companhia e, principalmente, à competência técnica e especialização das equipes responsáveis pela operação e manutenção dos processos críticos.

Política de Qualidade

A SJT, respaldada pela alta Administração, manifesta seu compromisso com a qualidade, declarando como diretrizes globais da Companhia o completo atendimento dos requisitos do cliente, o comprometimento com a melhoria contínua e a excelência no sistema de gestão da qualidade, direcionadas à execução dos serviços de operação e manutenção de transmissão de energia elétrica.

Declaração da Diretoria

Os membros da Diretoria, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia e com a opinião do auditor independente da Companhia expressa no Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias de 31 de dezembro de 2021.

Relacionamento com o Auditor Independente

A Companhia contratou a Ernst&Young Auditores Independentes S.S. ("EY Brasil") para prestação de serviços de auditoria independente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 pelo valor de R\$66 mil.

As políticas da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa do seu auditor independente visam assegurar que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
São João Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da São João Transmissora de Energia S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela diretoria com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir determinação da ANEEL. Conseqüentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 2.5, em decorrência dos efeitos do reconhecimento da provisão para desconto da RAP, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras societárias

A São João Transmissora de Energia S.A. elaborou um conjunto de demonstrações financeiras separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 24 de março de 2022.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com o MCSE e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'Pia Leocádia de Avellar Peralta', written over the text of the auditor's name.

Pia Leocádia de Avellar Peralta
Contadora CRC-1RJ101080/O-0

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota <u>explicativa</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u> (Reapresentado)
Ativos			
<i>Ativos circulantes</i>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.699	19.118
Contas a Receber de Concess. e Permissionárias	5	4.398	920
Impostos e contribuições sociais	6	378	408
Cauções e depósitos vinculados		2	2
Outras contas a receber		2.649	3.858
Total dos ativos circulantes		9.126	24.306
<i>Ativos não circulantes</i>			
Contas a Receber de Concess. e Permissionárias	5	41	13
Outras contas a receber		4.522	4.147
Depósitos judiciais		117	-
Imobilizado	7	357.771	368.463
Intangível	7	6.556	6.376
Total dos ativos não circulantes		369.007	378.999
Total dos ativos		378.133	403.305
Passivos			
<i>Passivos circulantes</i>			
Fornecedores	9	1.066	2.527
Taxa Regulamentares		363	874
Impostos e contribuições sociais	6	1.736	1.502
Dividendos a pagar	8	3.086	10.701
Outras contas a pagar	10	3.670	24.690
Total dos passivos circulantes		9.921	40.294
<i>Passivos não circulantes</i>			
Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	12	117	206
Total dos passivos não circulantes		117	206
Patrimônio líquido			
Capital social		394.523	394.523
Reserva de lucros		220.021	185.487
Dividendos adicionais propostos		33.864	5.378
(Prejuízos) acumulados		(280.313)	(222.583)
Total do patrimônio líquido	13	368.095	362.805
Total dos passivos e do patrimônio líquido		378.133	403.305

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

Demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	2021	2020 (Reapresentado)
Disponibilização do sistema de transmissão		53.808	7.840
Parcela variável		560	(4.646)
Receita bruta		54.368	3.194
PIS e COFINS correntes		(1.211)	(1.023)
Quota para RGR, P&D, TFSEE		(678)	(275)
Tributos e encargos		(1.889)	(1.298)
Receita Líquida	18	52.479	1.896
Pessoal		(1.800)	(986)
Materiais		(844)	(124)
Serviços de terceiros		(2.732)	(2.280)
Depreciação e amortização		(12.492)	(12.501)
Outros custos operacionais		(319)	(675)
Custos operacionais	19	(18.187)	(16.566)
Pessoal		(52)	(185)
Serviços de terceiros		(1.653)	(853)
Depreciação e amortização		(2)	(2)
Outras despesas operacionais líquidas		164	(3.424)
Despesas operacionais	19	(1.543)	(4.464)
Resultado da atividade		32.749	(19.134)
Receitas financeiras		512	308
Despesas financeiras		(62)	(1.876)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	20	450	(1.568)
Resultado antes dos impostos e contribuições		33.199	(20.702)
Imposto de renda e contribuição social	14	(1.228)	(1.266)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		31.971	(21.968)
Lucro (prejuízo) por Ação			
Lucro (prejuízo) por ação - básico e diluído (em R\$)	17	0,07358	(0,05056)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

Demonstração do resultado abrangente para exercício findo em
31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	<u>31.971</u>	<u>(Reapresentado)</u> <u>(21.968)</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u><u>31.971</u></u>	<u><u>(21.968)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo
em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros			Dividendos adicionais propostos	Prejuízos acumulados	Total
			Legal	Especial	Lucros a realizar			
Saldos em 31 de dezembro de 2019		276.811	7.965	86.488	-	-	(93.502)	277.762
Aumento de capital		117.712	-	-	-	-	-	117.712
Impactos Ofício CVM 04/2020 sobre a destinação do resultado societário		-	-	62.057	-	-	(62.057)	-
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-	-	(21.968)	(21.968)
Destinação do lucro líquido do exercício (societário):								
Reserva legal		-	2.253	-	-	-	(2.253)	-
Reserva especial		-	-	26.724	-	-	(26.724)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(10.701)	(10.701)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	5.378	(5.378)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (reapresentado)	13	394.523	10.218	175.269	-	5.378	(222.583)	362.805
Dividendos adicionais propostos aprovados		-	-	-	-	(5.378)	-	(5.378)
Dividendos antecipados declarados		-	-	-	-	-	(18.217)	(18.217)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	31.971	31.971
Destinação do lucro líquido do exercício (societário):								
Reserva legal		-	4.485	-	-	-	(4.485)	-
Reserva de lucros a realizar		-	-	-	30.049	-	(30.049)	-
Dividendos mínimos obrigatórios remanescentes		-	-	-	-	-	(3.086)	(3.086)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	33.864	(33.864)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	13	394.523	14.703	175.269	30.049	33.864	(280.313)	368.095

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

Demonstrações do Fluxo de Caixa para o exercício findo
em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explica- -tiva	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			Reapresentado
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		31.971	(21.968)
Ajuste para:			
Imposto de renda e contribuição social correntes	14	1.228	1.266
Depreciação e amortização	19	12.494	12.503
(Reversão) de provisões para contingências Fiscais, Trabalhistas e cíveis	12	(195)	(11.881)
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamento	20 e 11	-	1.737
Receita de atualização monetária de depósitos judiciais	20	-31	-
Despesa de atualização monetária de Contingências	20	31	-
Baixa de ativos		-	15.102
Provisão para parcela variável e outras provisões		236	22.646
Receita de aplicação financeira		-	(308)
		<u>45.734</u>	<u>19.097</u>
Variações nos ativos e passivos:			
(Aumento) redução no contas a receber de concess. e permissionárias		(3.742)	3.020
(Aumento) nos impostos e contribuições sociais ativos, líquido dos passivos		(269)	(315)
Redução (aumento) no saldo de outras contas a receber		834	(1.546)
(Redução) aumento no saldo de fornecedores		(1.461)	2.148
(Redução) aumento no saldo de taxas regulamentares		(511)	105
(Redução) aumento no saldo de outras contas a pagar		(21.028)	325
		<u>(26.177)</u>	<u>3.737</u>
Caixa gerado nas atividades operacionais		<u>19.557</u>	<u>22.834</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		(695)	(925)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>18.862</u>	<u>21.909</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Redução no saldo de títulos e valores mobiliários		-	14.410
(Adições) no imobilizado e intangível	7	(1.984)	(3.725)
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades de investimentos		<u>(1.984)</u>	<u>10.685</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamento de dividendos	8	(34.297)	-
Aumento de capital		-	117.712
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	11	-	(130.881)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	11	-	(737)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamentos		<u>(34.297)</u>	<u>(13.906)</u>
(Redução) aumento líquido nos equivalentes de caixa		<u>(17.419)</u>	<u>18.688</u>
Saldo inicial dos equivalentes de caixa	4	19.118	430
Saldo final dos equivalentes de caixa	4	1.699	19.118
(Redução) aumento líquido nos equivalentes de caixa		<u>(17.419)</u>	<u>18.688</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A São João Transmissora de Energia S.A. ("SJT" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 06 de agosto de 2013, que tem por objeto social explorar concessões de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, prestados mediante a implantação, a construção, a operação e a manutenção de instalações de transmissão, incluindo serviços de apoio e administrativos, necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e nos regulamentos em vigor.

A Companhia detém a concessão para construção, operação e manutenção das instalações localizadas no estado do Piauí, formadas pela linha de transmissão Gilbués II – São João do Piauí em 500kv com extensão aproximada de 408 km, nos termos do Contrato de Concessão nº 008/2013 celebrado com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, por um prazo de 30 anos. A Companhia finalizou suas obras e entrou em operação em agosto de 2016.

A SJT passou a ser uma controlada integral da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa") a partir de 14 de fevereiro de 2020, e de acordo com o previsto no Contrato de Concessão assinado com a ANEEL, a Taesa, como acionista controlador, possui o compromisso de garantir que todas as obrigações e encargos estabelecidos no referido contrato sejam cumpridos.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela ANEEL através da resolução normativa nº 605, de 11 de março de 2014. As demonstrações contábeis regulatórias foram aprovadas pela Administração 29 de abril de 2022.

Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas para a preparação das demonstrações financeiras societárias e demonstrações contábeis regulatórias, uma vez que o MCSE especifica um tratamento ou divulgação alternativa para certos aspectos. As diferenças para as práticas contábeis adotadas para a preparação das demonstrações financeiras societárias e demonstrações contábeis regulatórias estão descritas na nota explicativa nº 24.

2.1. Base de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros não derivativos, mensurados ao valor justo por meio do resultado.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são:

a) Avaliação de instrumentos financeiros – São utilizadas premissas e técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

b) Impostos, contribuições e tributos - Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos, já registradas. São constituídas provisões, quando aplicável, com base em estimativas para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua, baseadas em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável.

c) Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis - A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos externos.

2.4. Informações por segmento

A Companhia atua somente no segmento de transmissão de energia elétrica e realiza atividade de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado com o ONS, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

2.5. Representação referente ao exercício de 2020

A Companhia recebeu da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, o Despacho nº 2.001, de 10 de julho de 2017, cancelando o termo de liberação parcial emitido em 31 de agosto de 2016 pelo ONS - Operador Nacional do Sistema (termo que habilitava a Companhia ao recebimento da receita a partir da referida data) pelo fato de atestar, após fiscalização, que as instalações não estavam finalizadas.

Em 31 de outubro de 2017, a ANEEL emitiu através do Despacho nº 3.700, a anulação do Despacho nº 2.001, de 10 de julho de 2017, em observância aos princípios do contraditório e da ampla defesa, para que somente após ocorrida a manifestação prévia da requerente, fosse a proferida nova decisão pela ANEEL.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Em 25 de junho de 2019, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL emitiu a Resolução Homologatória nº 2.565/2019, que determinou a compensação imediata da parcela relativa à RAP (Receita Anual Permitida) recebida pela Companhia entre 31 de agosto de 2016 e 16 de novembro de 2017, até o limite de R\$57.995, com isso a RAP da Companhia foi suspensa nos meses de julho e agosto de 2019 no montante de R\$ 7.929.

Considerando que o montante de RAP na ocasião era inferior ao valor que seria amortizado mensalmente, a Companhia impetrou Mandado de Segurança, cuja liminar foi deferida em setembro/2019, para suspender a exigibilidade do referido montante de R\$57.995, bem como determinar a autoridade que se abstinhasse de praticar qualquer ato de cobrança ou compensação contra a Companhia, até que fosse proferida a decisão no Recurso Administrativo pendente de julgamento na ANEEL. Mediante a isso, a Companhia voltou a receber a RAP no mês de setembro de 2019.

Em 18 de outubro de 2019, foi publicado o despacho ANEEL nº 2.765/2019 que rejeitou o recurso administrativo interposto pela Companhia e manteve a decisão de compensação da RAP. Os descontos iniciaram a partir do ciclo 2020/2021, conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 2.725 de 14 de julho de 2020, com isso a RAP da Companhia foi suspensa nos meses de outubro e novembro de 2019 no montante de R\$ 7.929.

Em dezembro de 2019 o Mandado de Segurança foi julgado, confirmando a liminar anteriormente deferida, motivo pelo qual a Companhia foi reestabelecida, ainda que provisoriamente, ao sistema de contabilização de receita da ONS. Até a data desta publicação, o mérito dessa questão estava sendo discutido na Ação Ordinária 1034249-13.2019.4.01.3400, que aguardava apreciação do pedido de tutela antecipada.

Tendo em vista a concretização do desconto de RAP pela revogação da TLP da SJT no montante R\$40.627, dos quais R\$17.981 foram reconhecidos e descontados no exercício de 2020, restou o saldo a descontar em 31 de dezembro de 2020 de R\$22.646. No entanto, a Companhia não reconheceu nenhum passivo para tais descontos no exercício de 2020.

A Companhia entende que deveria ter reconhecido um passivo sobre o saldo a ser descontado, conforme determina o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Sendo assim, as informações referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram reapresentadas reconhecendo um passivo no montante de R\$22.646, cuja contrapartida foi a receita bruta.

Os referidos valores estão sendo compensados através da parcela de ajuste conforme resoluções homologatórias dos ciclos 2020/2021 e 2021/2022.

Com base nas orientações emanadas pelo “CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”, a Companhia apurou os impactos e reapresentou cada uma das linhas afetadas na demonstração financeira do exercício de 2020, da seguinte forma:

Balço Patrimonial	31/12/2020 (Publicado)	31/12/2020 (Reapresentado)	Impacto
Ativo			
Ativos circulantes não afetados	24.306	24.306	-
Total dos ativos circulantes	24.306	24.306	-
Outros ativos não circulantes não afetados	378.999	378.999	-

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Balço Patrimonial	31/12/2020 (Publicado)	31/12/2020 (Reapresentado)	Impacto
Total dos ativos não circulantes	378.999	378.999	-
Total dos ativos	403.305	403.305	-
Passivo			
Dividendos a pagar	16.079	10.701	(5.378)
Outras contas a pagar	2.044	24.690	22.646
Passivos circulantes não afetados	4.903	4.903	-
Passivo não circulante	23.026	40.294	17.268
Passivos não circulantes não afetados	206	206	-
Total dos passivos não circulantes	206	206	-
Total dos passivos	23.232	40.500	17.268
Patrimônio líquido			
Capital social	394.523	394.523	-
Reserva de lucros	208.133	185.487	(22.646)
Dividendos adicionais propostos	-	5.378	5.378
Prejuízos acumulados	(222.583)	(222.583)	-
Total do patrimônio líquido	380.073	362.805	(17.268)
Total do passivo e patrimônio líquido	403.305	403.305	-

Demonstração do Resultado do exercício	31/12/2020 (Publicado)	31/12/2020 (Reapresentado)	Impactos
Disponibilização do sistema de transmissão	30.486	7.840	(22.646)
Outras receitas e deduções não afetadas	(5.944)	(5.944)	-
Receita operacional líquida	24.542	1.896	(22.646)
Custos operacionais	(16.566)	(16.566)	-
Resultado Bruto	7.976	(14.670)	(22.646)
Despesas gerais e administrativas	(4.464)	(4.464)	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e dos impostos e contribuições	3.512	(19.134)	(22.646)
Resultado financeiro	(1.568)	(1.568)	-
Resultado antes dos impostos e contribuições	1.944	(20.702)	(22.646)
Imposto de renda e contribuição social	(1.266)	(1.266)	-
Lucro (prejuízo) líquido do Exercício	678	(21.968)	(22.646)

Demonstração do resultado abrangente	31/12/2020 (Publicado)	31/12/2020 (Reapresentado)	Impactos
Resultado do exercício	678	(21.968)	(22.646)
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente total do exercício	678	(21.968)	(22.646)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido	31/12/2020 (Publicado)	31/12/2020 (Reapresentado)	Impacto
Resultado líquido do exercício	678	(21.968)	(22.646)
Dividendos mínimos obrigatórios	(16.079)	(10.701)	5.378
Outros itens não afetados	395.474	395.474	-
Total do Patrimônio Líquido	380.073	362.805	(17.268)

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Demonstração do Fluxo de Caixa	31/12/2020 (Publicado)	31/12/2020 (Reapresentado)	Impacto
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	678	(21.968)	(22.646)
Provisão para parcela variável e outras provisões	-	22.646	22.646
Outros itens não afetados	21.231	21.231	-
Fluxo de caixa operacional	21.909	21.909	-
Fluxo de caixa de investimentos	10.685	10.685	-
Fluxo de financiamentos	(13.906)	(13.906)	-
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	18.688	18.688	-

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As práticas contábeis descritas a seguir vêm sendo aplicadas em conformidade com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE).

3.1. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração - Itens do imobilizado operacional e administrativo são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("*impairment*") acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais no resultado.

Depreciação - Itens do ativo imobilizado operacional e administrativo são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso. As taxas anuais de depreciação estão determinadas no Manual de Controle Patrimonial emitido por meio da Resolução Aneel nº 674 de 11 de agosto de 2015.

3.2. Intangível

Reconhecimento e mensuração - Registrado ao custo de aquisição ou construção. Ganhos e perdas na alienação de um item do intangível (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do intangível), são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais no resultado.

3.3. Reconhecimento de receita

A receita de disponibilização do sistema de transmissão é reconhecida mensalmente na fase operacional, com base no valor da receita anual permitida - RAP. A Companhia realiza atividades de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado com o ONS, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST, que estabelece os termos e as condições que irão regular a administração do ONS na cobrança e na liquidação dos encargos de uso da

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

transmissão. Desta forma, a Companhia não tem influência sobre quais são os usuários da linha de transmissão e quanto cada um deles deverá pagar por esse acesso, definição está, de inteira responsabilidade do ONS.

3.4. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Classificação e mensuração - Os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta seus instrumentos financeiros da seguinte forma:

- Ativos financeiros ao VJR - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

- Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

(i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros ("impairment") - O modelo de perdas esperadas é aplicado aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

(ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como VJR quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

3.5. Receitas financeiras e Despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, que é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos, e atualização monetária de depósitos judiciais.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos, e atualização monetária de contingências.

3.6. Provisões para riscos trabalhistas e cíveis

Uma provisão é reconhecida, em virtude de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico venha a ser exigido para liquidar a obrigação. A despesa relativa à constituição de qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

3.7. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base no regime do lucro presumido considerando as seguintes premissas: (i) Imposto de renda - base de cálculo de 8% da receita, alíquota do imposto de renda de 15% e adicional de 10% sobre a base tributável excedente de R\$240; e (ii) Contribuição social - base de cálculo de 12% da receita e alíquota da contribuição social de 9%.

A base de cálculo é a receita bruta auferida trimestralmente acrescida de ganhos de capital, dos rendimentos e ganhos líquidos auferidos em aplicações financeiras (renda fixa e variável) e das variações monetárias ativas e demais resultados positivos obtidos pela Companhia.

3.8. Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e da média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado considerando o efeito de instrumentos dilutivos, quando aplicável.

3.9. Demonstração dos fluxos de caixa ("DFC")

A Companhia classifica na DFC os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que os juros pagos representam custos para obtenção de seus recursos financeiros.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

3.10. Normas e interpretações novas e revisadas

As normas e interpretações novas e revisadas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis regulatórias da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível e aprovadas pela ANEEL, quando entrarem em vigor.

Alterações no CPC 00: Referência à Estrutura Conceitual - Em 14 de maio de 2020 o IASB emitiu alterações à IFRS 3, correlacionado ao CPC 00. As alterações atualizam uma referência desatualizada à Estrutura Conceitual na IFRS 3 sem alterar significativamente os requisitos da norma.

Essas alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2022 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual.

Alterações no CPC 25: Contratos Onerosos - Custo de Cumprimento de um Contrato – Em 14 de maio de 2020 o IASB emitiu alterações à IAS 37, correlacionada ao CPC 25. As alterações especificam que o “custo de cumprir” um contrato inclui os “custos que se relacionam diretamente com o contrato”. Os custos que se relacionam diretamente com um contrato podem ser custos incrementais de cumprimento desse contrato (exemplos seriam mão de obra direta, materiais) ou uma alocação de outros custos relacionados diretamente ao cumprimento de contratos (um exemplo seria a alocação do encargo de depreciação para um item do ativo imobilizado utilizado no cumprimento do contrato).

Essas alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2022 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante - Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- (i) O que significa um direito de postergar a liquidação;
- (ii) Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- (iii) Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
- (iv) Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual.

Alterações no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica - A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

denominado de Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, contendo o Plano de Contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas e financeiras resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2022.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e bancos	768	78
Aplicações financeiras	931	19.040
	1.699	19.118

Taxa de rentabilidade anual acumulada	31/12/2021	31/12/2020
CDB e Operações Compromissadas	100,23% do CDI	99,99% do CDI

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5. CONTAS A RECEBER DE CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

Composição do Contas a Receber	Valores Correntes					31/12/2021	31/12/2020
	Correntes a Vencer	Correntes Vencidos					
	Até 60 dias	Até 90 dias	de 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		
Encargos de Uso da Rede Elétrica	4.696	22	2	8	125	4.853	1.112

	31/12/2021	31/12/2020
Concessionárias e permissionárias	4.853	1.112
Parcela variável (i)	(414)	(179)
	4.439	933
Circulante	4.398	920
Não circulante (ii)	41	13

(i) Parcela variável em aberto ou em discussão (provisão) com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, decorrente dos desligamentos automáticos e programados, ocorridos nos exercícios de 2021 e 2020, que devido aos limites de desconto, estabelecidos pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, será deduzida dos próximos recebimentos.

(ii) Refere-se aos clientes que não concordaram com os valores cobrados pela Companhia na disponibilização de energia elétrica e iniciaram processos judiciais para contestar tais cobranças. A Companhia aguarda o julgamento dos referidos processos que até o momento não foram concluídos e entende que não é necessária a contabilização de provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação aos seus clientes pois, no caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

- Principais características dos contratos de concessão

RAP - A prestação do serviço público de transmissão ocorrerá mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Faturamento da receita de operação, manutenção e implementação de infraestrutura - Pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a transmissora terá direito ao faturamento anual de operação, manutenção e implementação de infraestrutura, reajustado e revisado anualmente.

Parcela variável - A receita de operação, manutenção e implementação de infraestrutura estará sujeita a desconto, mediante redução em base mensal, refletindo a condição de disponibilidade das instalações de transmissão, conforme metodologia disposta no Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST. A parcela referente ao desconto anual por indisponibilidade não poderá ultrapassar 12,5% da receita anual de operação, manutenção e construção da transmissora, relativa ao período contínuo de 12 meses anteriores ao mês da ocorrência da indisponibilidade, inclusive esse mês. Caso seja ultrapassado o limite supracitado, a transmissora estará sujeita à penalidade de multa, aplicada pela ANEEL nos termos da Resolução nº 318, de 6 de outubro de 1998, no valor máximo por infração incorrida de 2% do valor do faturamento anual de operação, manutenção e implementação de infraestrutura dos últimos 12 meses anteriores à lavratura do auto de infração.

Extinção da concessão e reversão de bens vinculados - O advento do termo final do contrato de concessão determina, de pleno direito, a extinção da concessão, facultando-se à ANEEL, a seu exclusivo critério, prorrogar o referido contrato até a assunção de uma nova transmissora. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, sendo procedidos os levantamentos e as avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

O valor da indenização dos bens reversíveis será aquele resultante de inventário realizado pela ANEEL ou por preposto especialmente designado, e seu pagamento será realizado com os recursos da Reserva Global de Reversão – RGR. A Companhia não é obrigada a remunerar o Poder Concedente pelas concessões das linhas de transmissão de energia por meio de investimentos adicionais quando da reversão dos bens vinculados ao serviço público de energia elétrica. A Administração entende que a melhor estimativa para o valor de indenização é o valor residual do ativo imobilizado.

Renovação - A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, mediante requerimento da transmissora.

Aspectos ambientais - A transmissora deverá construir, operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis, adotando todas as providências necessárias perante o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências.

Descumprimento de penalidades - Nos casos de descumprimento das penalidades impostas por infração ou notificação ou determinação da ANEEL e dos procedimentos de rede, para regularizar a prestação de serviços, poderá ser decretada a caducidade da concessão, na forma estabelecida na lei e no contrato de concessão, sem prejuízo da apuração das responsabilidades da

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

transmissora perante o Poder Concedente, a ANEEL, os usuários e terceiros, e das indenizações cabíveis. Alternativamente à declaração de caducidade, a ANEEL poderá propor a desapropriação do bloco de ações de controle da transmissora e levá-lo a leilão público. O valor mínimo definido para o leilão será o montante líquido da indenização que seria devida no caso da caducidade. Aos controladores será transferido, do montante apurado, o valor equivalente às respectivas participações.

Estrutura de formação da RAP - A Companhia é remunerada pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica e da Rede Básica de Fronteira, não estando vinculada à carga de energia elétrica transmitida, mas sim ao valor homologado pela ANEEL quando da outorga do contrato de concessão. A remuneração pelas Demais Instalações de Transmissão - DIT que não pertencem à Rede Básica é feita por meio de uma tarifa definida pela ANEEL.

- Resoluções homologatórias emitidas pela ANEEL

Ciclo 2021-2022			Ciclo 2020-2021			Ciclo 2019-2020		
Resolução 2.959 de 05/10/2021 (i) Período: de 01/07/2021 a 30/06/2022			Resolução 2.725 de 14/07/2020 Período: de 01/07/2020 a 30/06/2021			Resolução 2.565 de 25/06/2019 Período: de 01/07/2019 a 30/06/2020		
RAP	PA	Total	RAP	PA	Total	RAP	PA	Total
53.853	(5.189)	48.664	49.835	(34.649)	15.186	47.573	(57.995)	(10.422)

(i) A Resolução Homologatória nº 2.959 de 05 de outubro de 2021 alterou a Resolução Homologatória nº 2.895 de 13 de julho de 2021.

6. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	31/12/2021	31/12/2020
IRPJ e CSLL antecipados e a compensar	155	142
IRRF sobre aplicações financeiras	199	242
Impostos e contribuições retidos	24	24
Ativo circulante	378	408
IRPJ e CSLL correntes	810	543
PIS e COFINS	796	727
INSS e FGTS	5	95
ISS	80	34
ICMS	4	38
Outros	41	65
Passivo circulante	1.736	1.502

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

7. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Imobilizado	Taxa média de depreciação	Valor Bruto em 2020	Adições (Baixas)	Valor Bruto em 2021	Depreciação	Valor Líquido 2021	Valor Líquido 2020
<i>Ativo Imobilizado em Serviço</i>							
<u>Transmissão</u>							
Moveis e utensílios	6,67%	30	-	30	(10)	20	22
Edificação	3,33%	28.580	-	28.580	(4.441)	24.139	25.092
Máquinas e Equipamentos	2,95%	390.235	-	390.235	(61.214)	329.021	340.542
		418.845	-	418.845	(65.665)	353.180	365.656
<u>Administrativo</u>							
Máquinas e Equipamentos	30,77%	13	-	13	(13)	-	4
		13	-	13	(13)	-	4
<i>Ativo Imobilizado em Curso</i>							
<u>Transmissão</u>							
Máquinas e Equipamentos		1.954	691	2.645	-	2.645	1.954
Edificações, obras civis, benfeitorias		-	572	572	-	572	-
Estruturas Metálicas		-	492	492	-	492	-
A ratear		849	-	849	-	849	849
Outros		-	33	33	-	33	-
		2.803	1.788	4.591	-	4.591	2.803
Total do Ativo Imobilizado		421.661	1.788	423.449	(65.678)	357.771	368.463

Intangível	Taxa média de amortização	Valor Bruto em 2020	Adições	Transferências	Valor Bruto em 2021	Amortização	Valor Líquido 2021	Valor Líquido 2020
<i>Ativo Intangível em Serviço</i>								
<u>Transmissão</u>								
Faixa de Servidão		4.668	-	1.816	6.484	-	6.484	4.668
Softwares	12,31%	130	-	-	130	(130)	-	16
		4.798	-	1.816	6.614	(130)	6.484	4.684
<i>Ativo Intangível em Curso</i>								
<u>Transmissão</u>								
Faixa de Servidão		1.692	196	(1.816)	72	-	72	1.692

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Intangível	Taxa média de amortização	Valor Bruto em 2020	Adições	Transferências	Valor Bruto em 2021	Amortização	Valor Líquido 2021	Valor Líquido 2020
		1.692	196	(1.816)	72	-	72	1.692
Total do Ativo Intangível		6.490	196	-	6.686	(130)	6.556	6.376

Imobilizado e intangível	Taxas anuais médias de depreciação	2021			2020
		Valor Bruto	Deprec. e amortiz. Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
<i>Em serviço</i>					
Transmissão - Custo histórico	2,94%	425.459	(65.795)	359.664	370.340
Administrativo - Custo histórico	30,77%	13	(13)	-	4
		425.472	(65.808)	359.664	370.344
<i>Em curso</i>					
Transmissão - Custo histórico		4.663	-	4.663	4.495
		4.663	-	4.663	4.495
Total do imobilizado e intangível		430.135	(65.808)	364.327	374.839

Composição das adições do imobilizado e intangível por tipo de gasto capitalizado	Máquinas e equipamentos	Edificações, obras civis, benfeitorias	Outros	Total
<i>Em Curso</i>				
Máquinas e equipamentos	691	-	-	691
Edificações, obras civis, benfeitorias	-	572	-	572
Estruturas Metálicas	-	-	492	492
Adiantamento Fornecedores	-	-	33	33
Faixa de Servidão	-	-	196	196
Total das adições do imobilizado e intangível em curso	691	572	721	1.984

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

8. PARTES RELACIONADAS

I – Outras Contas a receber – OCR, Contas a Receber de Concessionárias e Permissionárias - CRCP e Outras Contas a Pagar – OCP.

a) Ativos e receitas

Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas					
R E F	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor original	Período de vigência	Taxa de juros /Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção e outras informações relevantes
<u>Transação com empresa do grupo Taesa</u>					
1	OCR x disponibilidades - reembolso de despesas - SPT (*)	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve
<u>Transação com empresas ligadas</u>					
2	CRCP x receitas - Contrato de prestação de serviço de transmissão de energia elétrica (*PSTEL*) – CEMIG	Os valores são definidos pela ONS a cada emissão do AVC	Até o término da concessão	N/A	Não Aplicável.

R E F	Contratos e outras transações	Ativo		Receita	
		31/12/2021	31/12/2020	2021	2020
<u>Transação com empresa do grupo Taesa</u>					
1	Reembolso de despesas – SPT	-	373	-	-
<u>Transação com empresa ligadas</u>					
2	PSTEL – CEMIG	249	18	2.067	1.308
		249	391	2.067	1.308

(*) Como parte do processo de gerenciamento e rateio dos custos e despesas da Companhia, uma das empresas efetua o pagamento desses gastos por conta e ordem de outras empresas do Grupo. A Administração considera para fins de divulgação apenas o saldo em aberto (a pagar ou a receber) no Grupo e entende que não existe um montante envolvido específico a ser divulgado nem impacto no resultado.

b) Passivo e despesas

Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas					
R E F	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor original	Período de vigência	Taxa de juros /Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção e outras informações relevantes
<u>Transações com a Controladora</u>					
1	OCP x Serviço de terceiros - Serviços de "back-office" – Taesa	R\$38 Valor mensal	15/06/2020 a 15/06/2025	Multa de 2% a. m. + juros de mora / Atualização anual pelo IPCA.	O presente contrato foi rescindido e absorvido integralmente pelo contrato de Compartilhamento de Infraestrutura e Recursos Humanos.
2	OCP x Despesas operacionais – Compartilhamento de Infra. e RH – Taesa	N/A	01/12/2021 a 01/12/2026	Multa de 2% do valor total do contrato / atualização do ativo imobilizado bruto pela inflação conforme critério de rateio adotado.	Os valores são definidos através dos critérios de rateio e alocação que tem como base o ativo imobilizado da contratante. Caso ocorra variações consideráveis nos critérios de alocação, a contratante poderá solicitar a revisão através da formalização via termo aditivo.
3	OCP x Serviço de terceiros - Serviços de O&M – Taesa	R\$90 Valor mensal	15/05/2020 a 15/05/2025	Multa de 2% a. m. + juros de mora de 1%/	O contrato pode ser rescindido nos seguintes casos: Inadimplemento comprovado de qualquer cláusula contratual, Incapacidade técnica, recuperação judicial.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas					
R E F	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor original	Período de vigência	Taxa de juros /Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção e outras informações relevantes
				Atualização anual pelo IPCA.	

4	OCP x - reembolso de despesas	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.
---	-------------------------------	-----	-----	---	------------

R E F	Contratos e outras transações	Passivo		Custos e Despesas	
		31/12/2021	31/12/2020	2021	2020
<u>Transações com a Controladora</u>					
1	Serviços de "back-office" - Taesa	-	37	438	228
2	Compartilhamento de Infra. e RH – Taesa	181	-	181	-
3	Serviços de "O&M" - Taesa	28	90	1.069	674
4	Reembolso de despesa – Taesa	-	11	-	-
		209	138	1.688	902

II – Dividendos a pagar

	31/12/2020 (reapresentado)	Adição	Pagamento	31/12/2021
Dividendos a pagar a Taesa	10.701	26.682	(34.297)	3.086

	Exercício de competência	Data de aprovação	Órgão de Aprovação	Data de pagamento	Valor
Dividendos intercalar	2021	02/12/2021	AGE	28/12/2021	4.897
Dividendos intercalar	2021	13/05/2021	AGE	28/12/2021	13.321
Dividendos obrigatórios e adicionais	2020	30/04/2021 (*)	AGO	27/05/2021	16.079
					34.297

(*) Em referência a reapresentação dos valores referentes ao exercício de 2020, conforme nota explicativa 2.6, a destinação do resultado do exercício reapresentado será rerratificada na mesma AGO que aprovará as demonstrações financeiras e proposta de destinação do resultado do exercício de 2021, prevista para ocorrer até o mês de abril de 2022.

III - Remuneração dos diretores

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os administradores da Companhia abdicaram qualquer tipo de remuneração pelo desempenho de suas funções.

9. FORNECEDORES

	31/12/2021	31/12/2020
GE Digital Energy do Brasil LTDA	221	221
GEO Advance Tecnologia e Contrucoes Eireli	216	-
Serrão Sociedade de Advogados	200	-
Volk e Giffoni Ferreira Sociedade	200	-
WM Paisagismo Urbanismo e Comercio Eireli ME	-	1.517
Instronic Instrumentos de Testes Ltda	-	265
Outros	229	524
	1.066	2.527

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

10. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	2021	2020 (Reapresentado)
<u>Passivo circulante</u>		
Folha de pagamento	563	518
Partes relacionadas – Vide nota explicativa nº 8	209	138
Parcela de ajuste - Cancelamento TLD (a)	1.972	22.646
Outros	926	1.388
	3.670	24.690

(a) Termo de liberação definitivo.

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Características do empréstimo					
Financiador	Data de assinatura	Valor contratado e liberado	Vencimento final	Encargos financeiros anuais	Parcelas a vencer
CEF – FINISA	30/12/2013	R\$ 215.634	31/12/2023	Taxa fixa de 3,5% a.a.	n/a

	31/12/2019	Juros incorridos	Juros pagos	Amortização de principal	31/12/2020
CEF – FINISA	129.881	1.737	(737)	(130.881)	-
Circulante	30.933				-
Não circulante	98.948				-

Em 14 de fevereiro de 2020, a Companhia liquidou, antecipadamente, o empréstimo junto à Caixa Econômica Federal, desembolsando o montante de R\$128.718.

12. PROVISÕES PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIOS

A Companhia é parte em ações judiciais perante vários tribunais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo aspectos cíveis.

Com base na opinião de seus assessores jurídicos externos, a Companhia constituiu provisão para riscos cíveis, referentes à faixa de servidão, em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso. A Companhia possui depósitos judiciais relativos a estas ações no valor atualizado de R\$117.

Mutação das provisões	31/12/2020	Atualização monetária	Baixa	Servidões	Reversões	31/12/2021
Cíveis	192	31	-	86	(192)	117
Tributários	14	-	(11)	-	(3)	-
	206	31	(11)	86	(195)	117

Mutação das provisões	31/12/2019	Adições	Reversões (a)	31/12/2020
Cíveis	-	192	-	192
Tributários	12.087	458	(12.531)	14
	12.087	650	(12.531)	206

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

(a) A Companhia possui uma liminar expedida pela 22ª VARA FEDERAL de Brasília, em 24 de março de 2017, que afasta a aplicação do percentual de 32% para fins de IRPJ e CSLL, por considerar que a totalidade das receitas auferidas (RAP) pela Companhia, com base nos contratos de concessão, decorre exclusivamente da prestação de serviços de transmissão de energia elétrica, sujeita à aplicação dos percentuais de 8% e 12% para fins de IRPJ e CSLL, respectivamente. Em 08 de novembro de 2018, o juiz proferiu sentença favorável nos embargos de declaração opostos pela Companhia. Mediante as decisões favoráveis, em 2020 a Companhia, reverteu as provisões relacionadas a essa natureza. Em face da sentença, a União interpôs recurso de apelação. Atualmente, aguardamos a inclusão do referido recurso na pauta de julgamento do TRF1.

Passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2021, com base na opinião dos consultores jurídicos externos, o montante de causas com risco de perda classificados como possível era no valor atualizado de R\$789, sendo R\$739 referentes a contingências cíveis e R\$50 a contingências trabalhistas, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social - Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social totalmente integralizado era de R\$394.523, representado por 434.523.157 (quatrocentas e trinta e quatro milhões, quinhentas e vinte e três mil e cento e cinquenta e sete) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Reservas de lucro – (a) Reserva legal - constituída à base de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, (b) Reserva de especial – constituída com base no artigo 202, inciso III, parágrafo 5º da Lei nº 6.404/76 e (c) Reserva de lucros a realizar – constituída com base no artigo 197 da nª Lei 6.404/76.

Remuneração dos acionistas - O estatuto social da Companhia prevê o pagamento de dividendos anual mínimo obrigatório de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício apurado na forma da Lei nº 6.404/76.

Destinação do lucro líquido do exercício - Societário

	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
Lucro líquido do exercício	89.701	45.056
Reserva legal - 5%	(4.485)	(2.253)
Lucro líquido do exercício ajustado	85.216	42.803
Dividendos intercalares pagos	(18.217)	-
	66.999	42.803
Dividendos mínimos obrigatórios remanescentes	(3.086)	(10.701)
Dividendos adicionais propostos	(33.864)	(5.378)
Reserva especial	-	(26.724)
Reserva de lucros a realizar	(30.049)	-

14. CRÉDITO (DESPESA) DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Correntes - Calculados sobre a receita bruta com base no regime do lucro presumido.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Reconciliação da taxa efetiva	2021		2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita operacional bruta – Societário	104.553	104.553	48.527	48.527
(+/-) Parcela antecipada - superávit/déficit	(20.842)	(20.842)	(20.353)	(20.353)
(+) Parcela de ajuste – Cancelamento do TLD (a)	-	-	22.646	22.646
Diferença entre regime de caixa e competência	(48.860)	(48.860)	(25.096)	(25.096)
	34.851	34.851	25.724	25.724
Percentual	8%	12%	8%	12%
	2.788	4.182	2.058	3.087
Demais receitas:				
Rendas de aplicação financeira	481	481	232	232
Outras receitas financeiras	43	43	11	11
	524	524	243	243
Base de cálculo	3.312	4.706	2.301	3.330
Imposto de renda - 15%	(497)	-	(345)	-
Adicional de imposto de renda - 10%	(307)	-	(206)	-
Contribuição social - 9%	-	(424)	-	(300)
IRPJ e CSLL - Provisão de Contingências	-	-	(319)	(96)
Total de despesa	(804)	(424)	(870)	(396)
Total de IRPJ e CSLL		(1.228)		(1.266)

(a) Termo de liberação definitivo.

15. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar seguros para os bens sujeitos a riscos, para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, e possuem cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens tangíveis atrelados à concessão, exceto para as linhas de transmissão do projeto. Esse fato é uma consequência de as coberturas compreendidas nas apólices não serem compatíveis com os riscos efetivos das linhas de transmissão e os prêmios cobrados no mercado das seguradoras e resseguradoras serem demasiadamente elevados. A Companhia mantém apenas seguros em relação aos danos em seus equipamentos acima de R\$500, galpões e estoques, e possui cobertura de responsabilidade civil de diretores e administradores - "Director and Officer - D&O" e de frota.

Tipo de seguro	Seguradora	Vigência	Limite máximo de indenização	DM - valor em risco	Prêmio
Responsabilidade Civil Geral	Fator Seguros	20/09/2021 A 19/09/2022	10.000	-	1
Risco operacional	Mapfre Seguros	01/06/2021 A 01/12/2022	126.000	-	76
Responsabilidade Civil de Diretores e administradores	Ezze Seguradora	18/09/2021 A 18/09/2022	40.000	-	1

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza não fazem parte do escopo do nosso auditor independente.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

16.1 Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos da Companhia visa identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela Administração. Esses riscos incluem o risco de mercado (risco de moeda, de taxa de juros e outros riscos operacionais, quando aplicável), de crédito e de liquidez. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados.

16.2 Gestão do risco de capital

A Companhia administra seus capitais para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estrutura de capital é formada pelo endividamento líquido, ou seja, empréstimos e financiamentos, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa, e patrimônio líquido.

16.3 Categorias de instrumentos financeiros

	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
Ativos financeiros		
Valor justo através do resultado:		
- Aplicações financeiras	931	19.040
Custo amortizado:		
- Caixa e bancos	768	78
- Contas a receber de concessionárias e permissionárias	4.439	933
- Rateio de antecipação e Parcela de ajuste	6	927
	6.144	20.978
Passivos financeiros		
Outros passivos financeiros ao custo amortizado:		
- Fornecedores	1.066	2.527
- Parcela de ajuste - Cancelamento TLD (a)	1.972	22.646
	3.038	25.173

(a) Termo de liberação definitivo.

16.4 Risco de mercado

16.4.1 Gestão do risco de taxa de juros

A receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, as concessionárias poderiam não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.

Para minimizar o risco de captação insuficiente de recursos com custos e prazos de reembolso considerados adequados, a Companhia monitora permanentemente o cronograma de pagamento de suas obrigações e a sua geração de caixa. Não houve mudança relevante na exposição da

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Companhia quanto aos riscos de mercado ou na maneira pela qual ela administra e mensura esses riscos.

A Companhia está exposta às flutuações de taxa de juros pós-fixadas sobre aplicações financeiras, cujo risco é administrado por meio do monitoramento dos movimentos de taxas de juros.

16.4.2 Análises de sensibilidade sobre instrumentos financeiros

As análises de sensibilidade foram elaboradas com base na exposição líquida da Companhia às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos relevantes, em aberto no fim do período deste relatório. Essas análises foram preparadas assumindo que o valor dos ativos a seguir estivesse em aberto durante todo o exercício, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos.

Índice	31/12/2021	Cenário provável em 31/12/2022
CDI (a)	4,39%	13,00%

(a) Divulgado pelo BACEN (Relatório Focus - Mediana Agregado), 25 de março de 2022 – Fonte Externa Independente.

Exposição líquida dos instrumentos financeiros não derivativos	31/12/2021	Efeito Provável no LAIR - 2022 - (redução)
Ativos financeiros – Equivalente de caixa – CDI	931	80

16.5 Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. Esse risco é basicamente proveniente dos investimentos mantidos com bancos e instituições financeiras.

O risco de crédito do saldo mantido em caixa e equivalentes de caixa é limitado porque as contrapartes são representadas por bancos e instituições financeiras que possuem níveis de classificação de crédito (“ratings”) satisfatórios, o que caracteriza uma grande probabilidade de que nenhuma contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações.

Com relação ao risco de crédito proveniente das transações com clientes e o ativo de contrato de concessão, a Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para perdas ou análises de crédito em relação aos seus clientes, pois o CUST, celebrado entre o ONS e os usuários da rede, tem como finalidade garantir o recebimento dos valores devidos pelos usuários às Transmissoras, pelos serviços prestados. Ademais, o CUST institui mecanismos de proteção ao pagamento dos encargos pelos usuários, por meio da celebração do Contrato de Constituição de Garantia - CCG ou da Carta de Fiança Bancária - CFB. É através do CUST que é realizada a administração da cobrança e liquidação dos encargos de uso da transmissão e da execução do sistema de garantias, no qual o ONS atua em nome das concessionárias de transmissão. As principais vantagens desses mecanismos de proteção são: (i) riscos diluídos, pois todos os usuários têm a obrigação de pagar a todos os transmissores; (ii) as garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários; e (iii) negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários. No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

16.6 Gestão dos riscos operacionais

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Os principais riscos operacionais aos quais a Companhia está exposta, são:

Riscos regulatórios - Extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, nos, Ministério do Meio Ambiente. Caso a Companhia venha a infringir quaisquer disposições da legislação ou regulamentação aplicáveis, a referida infração pode significar a imposição de sanções pelas autoridades competentes.

Risco de seguros - Contratação de seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas subestações. Apesar da adoção de critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, danos nas linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica não são cobertos por tais seguros, o que poderia acarretar custos e investimentos adicionais significativos.

Risco de interrupção do serviço - Em caso de interrupção do serviço, a Companhia estará sujeita à redução de sua receita por meio da aplicação de algumas penalidades, dependendo do tipo, do nível e da duração da indisponibilidade dos serviços, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes.

Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas - Caso a Companhia expanda os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão, poderá incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades. Caso ocorra algum atraso ou algum dano ambiental no âmbito da construção e desenvolvimento de infraestruturas, tais eventos poderão prejudicar o desempenho operacional da Companhia ou atrasar seus programas de expansão, hipótese em que a performance financeira da Companhia poderia sofrer um impacto adverso.

Dado que a Companhia pode depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações, estão sujeitas a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso nos resultados.

Adicionalmente, devido às especificações técnicas dos equipamentos utilizados em suas instalações, há disponibilidade de poucos fornecedores e, para determinados equipamentos, há um único fornecedor.

Caso algum fornecedor descontinue a produção ou interrompa a venda de quaisquer dos equipamentos adquiridos, pode não haver possibilidade de aquisição de tal equipamento com outros fornecedores. Nesse caso, a prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica poderá ser

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

afetada, sendo obrigadas a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa a sua condição financeira e seus resultados operacionais.

Risco técnico - Eventos de caso fortuito ou força maior podem causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários à re colocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia. Caso tais riscos se materializem, o desempenho financeiro e operacional da Companhia poderá sofrer um impacto adverso.

Risco de contencioso - A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, que são acompanhados pelos seus assessores jurídicos. A Companhia analisa periodicamente as informações disponibilizadas pelos seus assessores jurídicos para concluir sobre a probabilidade de êxito final das causas, evitando a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos.

A Administração da Companhia é responsável pelo desenvolvimento e implantação de controles para mitigar os riscos operacionais: (i) exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; (ii) exigências para a reconciliação e o monitoramento de operações; (iii) cumprimento com exigências regulatórias e legais; (iv) documentação de controles e procedimentos; (v) exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; (vi) exigências de reportar os prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas; (vii) desenvolvimento de planos de contingência; (viii) treinamento e desenvolvimento profissional; (ix) padrões éticos e comerciais; e (x) mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz.

16.7 Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

16.7.1 Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020	Hierarquia do valor justo
Aplicações financeiras de curto prazo	4	931	19.040	Nível 2

17. RESULTADO POR AÇÃO

	2021	2020 (Reapresentado)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	31.971	(21.968)
Quantidade de ações ordinárias	434.523	434.523
Lucro (prejuízo) por ação ordinária - básico e diluído	0,07358	(0,05056)

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A Companhia não possui instrumentos com efeito dilutivo.

18. RECEITA LÍQUIDA

Composição da receita líquida	2021	2020 (Reapresentado)
Disponibilização do sistema de transmissão	53.808	7.840
Parcela variável	560	(4.646)
Receita bruta	54.368	3.194
PIS e COFINS correntes	(1.211)	(1.023)
Encargos Setoriais ANEEL - Quota para RGR, P&D, TFSEE	(678)	(275)
Tributos e encargos	(1.889)	(1.298)
Receita líquida	52.479	1.896

19. NATUREZA DE CUSTOS E DESPESAS

	2021	2020
-Remuneração direta	(981)	(900)
-Benefícios	(496)	119
-FGTS e INSS	(375)	(390)
Pessoal	(1.852)	(1.171)
Materiais	(844)	(124)
Serviços de terceiros	(4.385)	(3.133)
Depreciação e amortização	(12.494)	(12.503)
Outros custos e despesas operacionais	(155)	(4.099)
Total custos e despesas	(19.730)	(21.030)

A demonstração do resultado utiliza uma classificação dos custos e das despesas com base na sua função, cuja natureza dos principais montantes é demonstrada a seguir:

Custos com materiais: custos com materiais para manutenção e operação de linhas de transmissão.

Custos com serviços de terceiros: custos com operação, manutenção, compartilhamento de instalações, limpeza de faixa de servidão, vigilância, serviços de engenharia e advocatícios, baixa de projeto de P&D, despesas com consultorias, viagens, auditoria.

Outros custos e despesas operacionais: custos e despesas com aluguéis, combustível, seguros, doações a entidades cíveis e reversão de provisão relacionada a diferença na aplicação de percentual para fins de IRPJ e CSLL de 32% para 8% e 12% respectivamente.

20. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	2021	2020
Renda de aplicação financeira	481	308
Atualização monetária de depósitos judiciais	31	-
Receitas financeiras	512	308
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	(1.737)
Atualização monetária de contingências	(31)	-
Outras despesas (receitas) financeiras, líquidas	(31)	(139)
Despesas financeiras	(62)	(1.876)
	450	(1.568)

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

21. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA – CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

O Plano Taesaprev foi criado na Forluz, entidade fechada de previdência complementar, da qual a Companhia passou a ser uma de suas patrocinadoras, tendo sua aprovação na Previc publicada em Diário Oficial no dia 2 de agosto de 2021. Em 31 de dezembro de 2021, 36,3% do quadro efetivo de empregados da Companhia participava do Plano Taesaprev.

A única obrigação da Companhia é realizar as contribuições de acordo com as regras do plano de previdência privada, que são liquidadas até o mês subsequente ao reconhecimento dessas despesas. Os ativos do plano são mantidos em separado dos outros ativos da Companhia, sob o controle da Forluz. A principal patrocinadora da Forluz é a CEMIG (patrocinadora-fundadora), um dos controladores da Companhia.

A Companhia poderá a qualquer momento, observada a legislação, solicitar a retirada do patrocínio, que dependerá de aprovação pela autoridade governamental competente e estará sujeita à legislação pertinente. Em caso de retirada hipotética da patrocinadora do plano, o compromisso da patrocinadora está totalmente coberto pelos ativos do plano. Os valores de passivo, custos e despesas estão apresentados na nota explicativa nº 8 – Partes Relacionadas.

22. OUTRAS INFORMAÇÕES

Aspectos ambientais - A Política Nacional do Meio Ambiente determina que o funcionamento regular de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental.

Licenças expedidas a Companhia						
Empresa	Trecho	Licença para Operação nº	Data de emissão	Vencimento	Órgão emissor	
SJT	LT 500 SE Gilbués II - SE São João do Piauí	381/2016	16/06/2016	16/06/2020	SEMAR-PI	(a)

(a) Renovação solicitada à SEMAR/PI e válida até a sua manifestação (Resolução CONAMA nº 237/97).

COVID-19 – O início de 2020 foi marcado pela pandemia da COVID-19, que afetou todo mundo e também a Companhia. Desde então, a Companhia, em conjunto com a Taesa, vem adotando medidas para a proteção, segurança e saúde de seus colaboradores, suas famílias e as comunidades locais, a fim de proteger seu maior ativo, as pessoas, e reduzir a velocidade de disseminação do novo coronavírus no país. Assim, destacamos as principais medidas implementadas até o momento:

- Comunicação frequente e atualizada para todos os colaboradores sobre o novo coronavírus;
- Retorno gradual às atividades em modelo híbrido, intercalando presencial com home office e mantendo todos os protocolos de segurança e saúde necessários;
- Monitoramento dos empregados com apoio no tratamento de casos suspeitos ou positivos identificados da COVID-19;
- Disponibilização de diversos canais de atendimento para cuidar da saúde física e mental dos colaboradores e de seus familiares;
- Vacinação contra a gripe influenza para todos;
- Reforço de informações sobre os cuidados preventivos que devem continuar nos pós vacina.
- Manutenção das atividades de operação e manutenção de forma a garantir a segurança das pessoas e do sistema elétrico;

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

23. EVENTOS SUBSEQUENTES

Aprovação da Destinação do Lucro Líquido do Exercício de 2021 – A AGO de 29 de abril de 2022 ratificou a destinação do Lucro Líquido de 2021 descrito na nota explicativa nº 13 – Patrimônio Líquido.

24. CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL E DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das demonstrações financeiras societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, dado o não pronunciamento da ANEEL em relação a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 48 (Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS 9) e Pronunciamento Técnico CPC 47 (Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS 15), com vigência a partir de janeiro de 2018, bem como quanto ao Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) (Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS 16), com vigência a partir de janeiro de 2019, eventuais impactos da adoção dos referidos pronunciamentos não estão sendo considerados na elaboração destas demonstrações contábeis regulatórias. Adicionalmente, uma vez que há diferenças entre as práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras societárias e as práticas adotadas nas demonstrações contábeis regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas nas duas demonstrações em questão. A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e regulatória:

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Nota expli- cativa	31/12/2021			31/12/2020		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário (Reapresentado)
Ativos						
<i>Ativos circulantes</i>						
Caixa e equivalentes de caixa	1.699	-	1.699	19.118	-	19.118
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	4.398	-	4.398	920	-	920
Ativo de contrato de concessão	(i)	47.719	47.719	-	44.601	44.601
Impostos e contribuições sociais correntes	378	-	378	408	-	408
Cauções e depósitos vinculados	2	-	2	2	-	2
Outras contas a receber e outros ativos	2.649	-	2.649	3.858	-	3.858
Total dos ativos circulantes	9.126	47.719	56.845	24.306	44.601	68.907
<i>Ativos não circulantes</i>						
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	41	-	41	13	-	13
Ativo de contrato de concessão	(i)	642.233	642.233	-	595.165	595.165
Outras contas a receber	4.522	-	4.522	4.147	-	4.147
Depósitos judiciais	117	-	117	-	-	-
Direito de uso	(v)	40	40	-	-	-
Imobilizado	(iv)	(357.771)	-	368.463	(368.459)	4
Intangível	(iv)	6.556	(6.556)	6.376	(6.376)	-
Total dos ativos não circulantes	369.007	277.946	646.953	378.999	220.330	599.329
Total dos ativos	378.133	325.665	703.798	403.305	264.931	668.236
Passivos						
<i>Passivos circulantes</i>						
Fornecedores	1.066	-	1.066	2.527	-	2.527
Passivo de arrendamento	(v)	54	54	-	-	-
Impostos e contribuições sociais correntes	1.736	-	1.736	1.502	-	1.502
Taxas regulamentares	363	-	363	874	-	874
Dividendos a pagar	3.086	-	3.086	10.701	-	10.701
Outras contas a pagar	3.670	-	3.670	24.690	-	24.690
Total dos passivos circulantes	9.921	54	9.975	40.294	-	40.294
<i>Passivos não circulantes</i>						
Impostos e contribuições sociais diferidos	(ii)	21.252	21.252	-	19.705	19.705
Tributos diferidos	(iii)	24.046	24.046	-	22.643	22.643
Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis		-	117	206	-	206
Total dos passivos não circulantes	117	45.298	45.415	206	42.348	42.554
Total dos passivos	10.038	45.352	55.390	40.500	42.348	82.848
<i>Patrimônio líquido</i>						
Capital social	394.523	-	394.523	394.523	-	394.523
Reserva de lucros	220.021	-	220.021	185.487	-	185.487
Dividendos adicionais propostos	33.864	-	33.864	5.378	-	5.378
Prejuízos acumulados	(280.313)	280.313	-	(222.583)	222.583	-
Total do patrimônio líquido	368.095	280.313	648.408	362.805	222.583	585.388
Total dos passivos e do patrimônio líquido	378.133	325.665	703.798	403.305	264.931	668.236

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Nota <u>explicativa</u>	2021			2020		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário (Reapresentado)
Disponibilização do sistema de transmissão		53.808	(53.808)	-	7.840	(7.840)	-
Remuneração do ativo de contrato de concessão		-	34.516	34.516	-	32.614	32.614
Correção monetária do ativo de contrato de concessão		-	61.703	61.703	-	56.444	56.444
Operação e manutenção		-	7.774	7.774	-	4.742	4.742
Parcela variável		560	-	560	(4.646)	-	(4.646)
Outras receitas		-	-	-	-	(40.627)	(40.627)
Receita operacional bruta	(vii)	54.368	50.185	104.553	3.194	45.333	48.527
PIS e COFINS correntes		(1.211)	-	(1.211)	(1.023)	-	(1.023)
PIS e COFINS diferidos		-	(1.403)	(1.403)	-	(850)	(850)
Quota para RGR, P&D, TFSEE		(678)	-	(678)	(275)	-	(275)
Deduções da receita	(viii)	(1.889)	(1.403)	(3.292)	(1.298)	(850)	(2.148)
Receita operacional líquida		52.479	48.782	101.261	1.896	44.483	46.379
Pessoal		(1.800)	-	(1.800)	(986)	-	(986)
Material e outros custos de construção		(844)	(1.984)	(2.828)	(124)	(3.747)	(3.871)
Depreciação e amortização		(12.492)	12.413	(79)	(12.501)	12.501	-
Serviços de terceiros		(2.732)	-	(2.732)	(2.280)	-	(2.280)
Outros custos operacionais		(319)	70	(249)	(675)	-	(675)
Custos operacionais	(ix)	(18.187)	10.499	(7.688)	(16.566)	8.754	(7.812)
Lucro bruto		34.292	59.281	93.573	(14.670)	53.237	38.567
Pessoal		(52)	-	(52)	(185)	-	(185)
Serviços de terceiros		(1.653)	-	(1.653)	(853)	-	(853)
Depreciação e amortização		(2)	-	(2)	(2)	-	(2)
Outras despesas operacionais	(x)	164	-	164	(3.424)	15.102	11.678
Despesas operacionais		(1.543)	-	(1.543)	(4.464)	15.102	10.638
Lucro antes das receitas (despesas) financeiras, líquidas dos impostos e contribuições		32.749	59.281	92.030	(19.134)	68.339	49.205
Receitas financeiras		512	-	512	308	-	308
Despesas financeiras		(62)	(4)	(66)	(1.876)	-	(1.876)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas		450	(4)	446	(1.568)	-	(1.568)
Lucro antes dos impostos e das contribuições		33.199	59.277	92.476	(20.702)	68.339	47.637
Imposto de renda e contribuição social corrente		(1.228)	-	(1.228)	(1.266)	-	(1.266)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(xi)	-	(1.547)	(1.547)	-	(1.315)	(1.315)
Imposto de renda e contribuição social		(1.228)	(1.547)	(2.775)	(1.266)	(1.315)	(2.581)
Lucro líquido do exercício	(xii)	31.971	57.730	89.701	(21.968)	67.024	45.056

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e regulatória:

(i) Ativo de contrato de concessão

A Companhia aplicou o CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes, a partir de 1º de janeiro de 2018, com base no método retrospectivo modificado. Os impactos advindos desta aplicação, referem-se basicamente a reclassificação dos saldos anteriormente registrados como ativos financeiros, para ativos de contrato de concessão.

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 – Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas (i) quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente; (ii) quando for possível identificar os direitos; (iii) quando houver substância comercial; e (iv) quando for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

a) Receita de implementação da infraestrutura - Serviços de implementação, ampliação, reforço e melhorias de instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de implementação de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos, acrescidos de margem.

A receita de implementação de infraestrutura é reconhecida em contrapartida ao ativo de contrato, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de performance de operar e manter. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de performance de construir, torna-se um ativo financeiro (contas a receber de concessionárias e permissionárias), pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido.

b) Remuneração do ativo de contrato de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e leilões. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão e é determinada no início do projeto e não sofre alterações posteriores.

c) Receita de correção monetária do ativo de contrato de concessão – Correção reconhecida a partir da operacionalização do empreendimento com base no índice de inflação definido para cada contrato de concessão.

d) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, cujo reconhecimento inicia-se a partir da operacionalização do empreendimento. Esta receita é calculada levando em consideração os custos incorridos na realização da obrigação de desempenho, acrescidos de margem.

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado, todos os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos e PIS e COFINS diferidos) correspondentes.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

(ii) Impostos e contribuições sociais diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i) e (v), os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 e CPC 06(R2) foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso IR e CSLL diferidos.

(iii) Tributos diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso, PIS e COFINS diferidos.

(iv) Imobilizado, Intangível

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado/intangível, todos os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

Com a adoção do CPC 47 nas demonstrações financeiras societárias, o ativo imobilizado/intangível da Companhia foi reconhecido como ativo de contrato de concessão (CPC 47), vide nota de ajuste (i). Para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ou seja, como ativo imobilizado e/ou intangível. As premissas específicas para o ativo imobilizado/intangível regulatório são:

- (i) Garantir que o ativo imobilizado/intangível não seja afetado pelo CPC 47;
- (ii) Que os ativos estejam registrados contabilmente pelo valor homologado pela ANEEL.

(v) Arrendamento

A Companhia não aplicou o CPC 06 (R2) na contabilidade regulatória.

(vi) Patrimônio Líquido

Saldo referente à diferença entre a contabilidade societária e a contabilidade regulatória, decorrente dos efeitos das aplicações do CPC 47 e do CPC 06(R2), líquido de impostos, reconhecidos para fins societários e não considerados nas Demonstrações contábeis regulatórias.

Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
Patrimônio líquido societário	648.408	585.388
Ativo de contrato de concessão (CPC 47)	(689.952)	(639.766)
Direito de uso e passivo de arrendamento (CPC 06 (R2))	14	-
Imobilizado e intangível (CPC 47)	364.327	374.835
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (CPC 47)	21.252	19.705
Tributos diferidos – Pis e Cofins (CPC 47)	24.046	22.643
Patrimônio líquido regulatório	368.095	362.805

A Companhia efetua a destinação do resultado do exercício com base na contabilidade societária. Conforme nota explicativa nº 2.5, a Companhia procedeu com a reapresentação do resultado do exercício de 2020.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

(vii) Receita bruta

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de receita de construção e remuneração do ativo de contrato de concessão, decorrentes das aplicações do CPC 47. A receita para fins regulatórios é registrada na rubrica de receita de disponibilização do sistema de transmissão, na fase de operação e os efeitos do CPC 47 são desconsiderados.

(viii) Tributos e encargos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso, PIS e COFINS diferidos.

(ix) Custos operacionais

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações contábeis regulatórias, incluindo o custo de construção e os gastos de melhoria registrados no resultado no grupo de "Custos operacionais" na rubrica "Material", quando aplicável. Para fins regulatórios, esses gastos de melhoria, que não possuem RAP adicional, são capitalizados e registrados como ativo imobilizado conforme o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico quando aplicável.

As despesas de depreciação e amortização referentes ao ativo imobilizado e/ou intangível, reconhecidas para fins regulatórios, são apropriadas ao resultado conforme o disposto no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

(x) Baixa de contas a receber (outras despesas operacionais)

Refere-se a um contas a receber criado na contabilidade regulatória no exercício de 2019, com base em uma liminar, referente aos recebimentos das RAPs dos meses de julho, agosto, outubro e novembro de 2019. Em 2020, a Companhia procedeu com a baixa do ativo no valor de R\$15.102, tendo em vista a não recuperabilidade do mesmo.

(xi) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso, IR e CSLL diferidos.

(xii) Lucro (Prejuízo) do exercício

Conciliação do Lucro Líquido societário e regulatório	2021	2020 (Reapresentado)
Lucro Líquido societário	89.701	45.056
Receita bruta (CPC 47)	(50.185)	(45.333)
Tributos e encargos - PIS e COFINS (CPC 47)	1.403	850
Depreciação e amortização (CPC 47)	(12.413)	(12.501)
Custos operacionais - Materiais (CPC 47)	1.984	3.747
Outras despesas operacionais	(70)	(15.102)
Despesas financeiras - Arrendamentos (CPC 06 (R2))	4	-
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (CPC 47)	1.547	1.315
Lucro (prejuízo) líquido regulatório	31.971	(21.968)

São João Transmissora de Energia S.A.
CNPJ: 18.314.074/0001-68

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A diferença entre o resultado auferido na contabilidade societária para aquele apurado para fins regulatórios, decorre dos efeitos das aplicações do CPC 47 e do CPC 06(R2), líquido de impostos, reconhecidos para fins societários e não considerados nas Demonstrações contábeis regulatórias.

Diretoria	
Nomes	Cargo
André Augusto Telles Moreira	Diretor Presidente
Erik da Costa Breyer	Diretor Financeiro
Marco Antônio Resende Faria	Diretor Técnico
Marco Antônio Resende Faria	Diretor Jurídico e Regulatório
Fábio Antunes Fernandes	Diretor de Negócios
Luis Alessandro Alves	Diretor de Implantação

Wagner Rocha Dias
Contador CRC RJ-112158/O-3
CPF nº 778.993.777-49